



**Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Limoeiro**
Criado pela Lei Municipal nº 1.901, de 18 de novembro de 1993.
CNPJ 08.921.479/0001-00
cmdcalimoeiro20@gmail.com

Resolução nº 010/2023

DISPÕE SOBRE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO EXAME DE HABILITAÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA AO CARGO DE CONSELHEIRO (A) TUTELAR DE LIMOEIRO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal 2.098 de 13 de junho de 2001, que dispõe sobre a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO: o Art. 139, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que atribui aos conselhos municipais a responsabilidade na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO: o disposto no inciso XI do Art. 7, da Lei Municipal nº 2.098/2001, que atribui, ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Limoeiro, a responsabilidade na condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Limoeiro.

CONSIDERANDO: o Edital para o Processo de Escolha dos (as) Conselheiros (as) Tutelares da Cidade do Limoeiro/PE, de 25 de abril de 2023, suas retificações.

RESOLVE:

Art. 1º - DIVULGAR (em anexo) o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva e Chave de Correção da Prova Dissertativa, com aspectos a serem considerados na argumentação.

Art. 2º - ANULAR a questão 11, por apresentar erro de digitação nas alternativas, e **ATRIBUIR**, a pontuação correspondente à questão anulada, para todos os cartões-resposta, equivalente à 0,25 (vinte e cinco centésimos).

Art. 3º - VALIDAR e RECONHECER o endereço eletrônico provactlimoeiro2023@gmail.com, para os participantes que apresentaram dificuldades no acesso ao seu endereço eletrônico próprio (por precisar de confirmação de acesso e não ser permitido o uso de celulares ou demais aparelhos eletrônicos, no momento da aplicação).

Art. 4º - ANEXAR o Exame de Habilitação, de forma digital, para fins de conferência e divulgação a toda sociedade.

Art. 5º - Publicar esta resolução nos canais oficiais de comunicação do CMDCA e da Prefeitura Municipal de Limoeiro, para informação à toda sociedade, no dia 31 de julho de 2.023.

Art.6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO BRUNO RODRIGUES DA SILVA
Data: 30/07/2023 18:16:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Limoeiro/PE, 30 de julho de 2.023.

Ricardo Bruno Rodrigues da Silva
Presidente do CMDCA
(Triênio 2021-2023)



CARTÃO RESPOSTA

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	CORRETA		ERRADA		
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
DIREITO CONSTITUCIONAL					
1	A	B	C	D	E
2	CERTO		ERRADO		
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	VERDADEIRA		FALSA		
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS					
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	ESTUDO DE CASO				



Como conselheiro tutelar, diante da situação apresentada, é imprescindível agir em consonância com os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir a proteção integral do adolescente envolvido.

Em relação ao adolescente usuário de drogas, é importante considerar o artigo 101, que estabelece medidas de proteção ao adolescente em situação de risco pessoal ou social. Nesse contexto, é possível aplicar algumas das medidas do art. 101: II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

Em relação ao abandono do pai e à negligência da mãe, os artigos 22 e 23 do ECA são relevantes. O artigo 22 estabelece que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, garantindo-lhes a alimentação, a educação e a saúde. Já o artigo 23 prevê que a falta ou a carência de recursos materiais não exime os pais de suas responsabilidades. Nesse sentido, é possível aplicar medidas previstas no artigo 129, como o encaminhamento ao Ministério Público, visando à responsabilização dos pais, dentre elas: I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII - advertência;

Com relação aos direitos violados do adolescente e de seus irmãos à saúde, alimentação e educação, necessário atuar com base no artigo 136 do ECA, adotando as seguintes medidas: III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; V - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; VII - expedir notificações; VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor

Em suma, como conselheiro tutelar, é fundamental agir com base nos dispositivos legais do ECA para garantir a proteção integral do adolescente, aplicando medidas adequadas para enfrentar o uso de drogas, o abandono do pai, a negligência da mãe e as violações aos seus direitos fundamentais, enquanto se preserva a privacidade e a dignidade daqueles envolvidos.



Prova Escrita para Processo de Escolha Unificado para os Conselheiros Tutelares
Município de Limoeiro/PE - Ano de 2023, para o quadriênio 2024-2028

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - O prova de conhecimento constará de 40 (quarenta) questões e terá a duração de 04 (quatro) horas.
 - 1.1 - Verifique se a prova está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição de sua prova.
 - 1.1.1 - Qualquer reclamação só será acatada, no tocante ao item 1.1, até meia hora do início da prova.
- 2 - O (a) pré-candidato (a) deverá informar seu número de inscrição no local especificamente indicado para tal finalidade, sob pena de anulação do teste escrito de conhecimento e consequente eliminação do processo de escolha, caso proceda de forma
- 3 - A prova deverá ser preenchida com caneta esferográfica transparente, de cor azul ou preta.
- 4 - Não será permitido o compartilhamento de material entre os candidatos.
- 5 - Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer marcação diferente.
- 6 - O candidato NÃO poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões.
- 7 - Não será permitido utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 8 - A questão dissertativa versará sobre questões associadas aos direitos das crianças e adolescentes e/ou a função pública de Conselheiro (a) Tutelar, e deverá ter no máximo 20 (vinte) linhas e tem o objetivo de avaliar a apropriação do conteúdo e a capacidade de expressão na modalidade escrita do pré-candidato, considerando:
 - a) conhecimento das legislações referentes à questão;
 - b) pertinência ao tema proposto e
 - c) argumentação coerente das ideias.
- 9 - Será fornecida aos (as) pré-candidatos (as) 01 (uma) folha de rascunho

NOME:
Nº DE INSCRIÇÃO:
RG:
CPF:



Prova Escrita para Processo de Escolha Unificado para os Conselheiros Tutelares
Município de Limoeiro/PE - Ano de 2023, para o quadriênio 2024-2028

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1) Qual o princípio norteador de acordo com a Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere ao público infanto-juvenil?

- a) Princípio da Supremacia do Interesse Público;
- b) Princípio da Segurança Jurídica;
- c) Princípio da Boa-Fé;
- d) Princípio do Superior Interesse;
- e) Princípio da Regionalização;

2) Preencha corretamente as lacunas da afirmativa abaixo correspondente ao artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“É dever da família, _____, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com _____, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, _____, ao esporte, ao lazer, _____, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e _____”

- a) da escola – absoluta prioridade – à escola – ao acolhimento institucional – à convivência no seio da sociedade;
- b) dos políticos – prioridade – ao refúgio – à profissionalização – à permanência na família natural;
- c) da comunidade - absoluta prioridade - à educação - à profissionalização – à convivência familiar e comunitária;
- d) da comunidade – prioridade máxima – ao direito de ir e vir – ao atendimento pré-natal – à convivência familiar e comunitária;
- e) da escola – absoluta prioridade – ao refúgio – à autonomia – à exclusividade da família natural;

3) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, o que se dá mediante:

- a) a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso;
- b) a efetivação de políticas que priorizem o planejamento familiar com vistas à redução da natalidade;
- c) o fornecimento de planos de saúde privados para famílias de baixa renda pelo Poder Público;
- d) o fornecimento de remédios para famílias inscritas em Programas Sociais;
- e) Nenhuma das respostas acima está correta;



4) De acordo com o Estatuto (Lei 8.06/90), as crianças e adolescentes têm garantia de prioridade, que compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- e) Todas as respostas acima estão corretas.

5) No Estatuto (Lei 8.069/90), o direito à liberdade das crianças e dos adolescentes compreende os seguintes aspectos, exceto:

- a) Opinião e expressão;
- b) Ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, em quaisquer circunstâncias;
- c) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- d) Crença e culto religioso;
- e) Brincar, praticar esportes e divertir-se;

6) Analise a seguinte frase: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

A afirmação acima esta:

() CORRETA

() ERRADA

7) Em relação ao direito à convivência familiar e comunitária previsto no ECA (Lei 8.069/90), assinale a alternativa correta:

- a) É direito da criança e do adolescente permanecer com sua família natural em qualquer situação, ainda que seus genitores percam o Poder Familiar por força de decisão judicial;
- b) É direito da criança e do adolescente ser acolhido em instituição destinada à aplicação de medidas socioeducativas na mesma região em que praticado o ato infracional;
- c) É direito da criança e do adolescente ser educado por sua família substituta quando seus genitores não puderem ou não quiserem exercer a guarda compartilhada;
- d) É direito da criança e do adolescente escolher em qual lar irá residir, sendo determinante a sua decisão em quaisquer situações de violação ou ameaça a seus direitos;



- e) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral
- 8) De acordo com as previsões do ECA (Lei 8.069/90), assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional;
 - b) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude;
 - c) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, inclusive na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra o genitor ou genitora ou contra filho, filha ou outro descendente;
 - d) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação;
 - e) A perda e a suspensão do poder familiar apenas serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório;
- 9) O Estatuto da criança e do Adolescente é uma lei federal que:
- a) Se aplica a todas as crianças até 13 anos e adolescentes até 18 anos que tenham seus direitos violados ou ameaçados;
 - b) Se aplica a todas as crianças a partir de 12 anos e adolescentes até 18 anos que tenham seus direitos violados ou ameaçados;
 - c) Excepcionalmente se aplica a maiores de 18 anos e menores de 21 anos;
 - d) Aplica-se apenas à população infanto-juvenil de baixa renda;
 - e) Regula apenas a atuação do Poder Público em relação aos direitos de crianças e adolescentes;
- 10) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), qual das opções abaixo representa corretamente uma das previsões para a viagem de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais:
- a) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial, em qualquer situação;
 - b) Não será necessária autorização judicial a viagem para comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
 - c) A criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de pessoa maior de idade de sua confiança poderá viajar livremente sem seus pais;
 - d) A criança ou o adolescente poderão viajar livremente sem seus pais ou responsável para qualquer local dentro do território nacional, pois têm assegurado pelo Estatuto o direito de ir vir e estar nos logradouros públicos;



- e) A autorização judicial não será necessária se a empresa aérea ou rodoviária que transportar a criança ou adolescente se responsabilizar formalmente pela sua locomoção em plenas condições de segurança;

11) Sobre o tema “Medidas de Proteção” no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), analise as seguintes proposições:

- I. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta, não sendo cabíveis para as hipóteses de mera ameaça;
- II. As medidas previstas no ECA poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo;
- III. A inclusão em programa de acolhimento familiar não é uma medida de proteção, pois é prevista no ECA como medida socioeducativa;
- IV. O encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade é uma medida de proteção que pode ser aplicada pelo Conselho Tutelar;
- V. A colocação em família substituta é medida de proteção que só poderá ser decretada judicialmente;

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e IV;
- b) II, III, IV e V;
- c) II, IV e V;
- d) I, II, III e V;

12) Sobre o Conselho Tutelar, é correto afirmar:

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA;
- b) É um órgão que faz parte da estrutura do Poder Judiciário;
- c) É um órgão colegiado que tem como atribuição exclusiva atender às decisões judiciais em matéria de crianças e adolescentes;
- d) É um órgão que não se submete às fiscalizações, pois o ECA prevê expressamente sua autonomia, e suas decisões só podem ser revistas pela autoridade judicial competente;
- e) Em cada Município haverá apenas um Conselho Tutelar.

13) Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas correspondentes;
- b) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; requisitar



certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

- c) Decretar a perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- d) Adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;
- e) Atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;

14) Ainda sobre as atribuições do Conselho Tutelar, é correto afirmar que podem ser aplicadas pelo órgão as seguintes medidas, EXCETO:

- a) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- b) Inclusão em programa de acolhimento familiar;
- c) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- d) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- e) Garantia de tratamento de saúde especializado à vítima;

15) Se no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar da criança ou do adolescente, deverá adotar o seguinte procedimento:

- a) Advertir a família e aguardar a gradativa evolução e melhoria no tratamento da criança ou adolescente, comunicando ao juiz da infância e da juventude o fato na hipótese de permanência da situação de vulnerabilidade, para adoção das medidas cabíveis;
- b) Encaminhar a criança ou adolescente ao programa de acolhimento familiar mais próximo e trabalhar em parceria com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS para a sua reinserção no grupo familiar, sem a necessidade de comunicação a outros órgãos;
- c) Advertir e notificar os pais ou responsáveis para apresentarem defesa escrita, e encaminhar a criança ou adolescente vítima de maus tratos à instituição especializada em programa de acolhimento, expedindo guia de acolhimento;
- d) Diligenciar na busca por integrantes da família extensa que desejem obter a guarda da criança ou do adolescente, e entregar termo de guarda que garanta a representação legal da vítima;



- e) Comunicar imediatamente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Tal afirmação constitucional corresponde ao princípio da isonomia. De acordo com este princípio, o Conselheiro Tutelar deve:

- a) Considerar as origens da criança e do adolescente que tenham seus direitos ameaçados ou violados e tomar as medidas cabíveis de acordo com a sua renda familiar;
- b) Considerar o vínculo de parentesco das crianças e dos adolescentes atendidos com os seus pais, pois as medidas para filhos naturais e adotivos são diferentes;
- c) Garantir que crianças e adolescentes exerçam sua liberdade de forma irrestrita e absoluta em quaisquer circunstâncias, pois é um direito constitucional;
- d) Atender às crianças e adolescentes de forma igualitária e prioritária, independentemente da renda familiar e de outras condições que diferenciem as pessoas;
- e) Priorizar o atendimento de famílias de baixa renda, famílias de classe média ou alta possuem outros meios de resguardar os direitos das crianças e adolescentes dos grupos sociais mais beneficiados;

2) Segundo o inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal, “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. De acordo com essa previsão constitucional, o Conselheiro Tutelar sempre necessitará de autorização do proprietário do imóvel para entrar no local, mesmo que um crime esteja sendo cometido naquele exato momento contra uma criança ou adolescente:

- () CERTO
- () ERRADO

3) Assim dispõe o artigo 226 da Constituição Federal: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Conforme a mesma previsão constitucional, no conceito de família:

- a) Está compreendida a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes;



- b) Apenas se inserem no conceito de família a união de homem e mulher e seus filhos naturais;
- c) Não estão incluídos no conceito de família os filhos decorrentes de relações extraconjugais;
- d) Estão incluídos os filhos comuns do casal, não se incluindo na mesma família os filhos de casamentos anteriores;
- e) Apenas se compreendem as uniões decorrentes de casamentos efetuados perante o registro civil;

4) Preencha corretamente as lacunas da redação do artigo 227 da Constituição Federal e marque a alternativa com a sequência correta:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, _____, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de _____, _____, exploração, violência, crueldade e opressão.

- a) com exclusividade – privilégio – discriminação
- b) com absoluta prioridade – prerrogativas - profissionalização
- c) e à família – preconceito - trabalho
- d) com absoluta prioridade – negligência – discriminação;
- e) com absoluta prioridade – convivência – socialização

5) De acordo com a Constituição Federal: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Tal assertiva é:

- () VERDADEIRA
- () FALSA

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS-SGD E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS

1) ALS, 11 anos, reside com a mãe, o padrasto e dois irmãos menores. ALS é vítima de abuso sexual, cometido por seu padrasto. A criança nunca comentou com ninguém sobre o fato, devido às ameaças do abusador que disse que, caso falasse, ele faria algo contra sua mãe. Constatado que a criança está em risco, a autoridade policial deve ser acionada e requisitará à autoridade judicial responsável, em qualquer momento dos procedimentos de investigação e responsabilização do suspeito, as medidas de proteção pertinentes; analise-as.



- I. Evitar o contato direto da criança com o suposto autor da violência.
- II. Solicitar o afastamento cautelar do investigado da residência.
- III. Requerer a prisão preventiva do investigado, quando houver suficientes indícios de ameaça à criança vítima ou testemunha de violência.
- IV. Solicitar aos órgãos socioassistenciais a inclusão da vítima e de sua família nos atendimentos a que têm direito.
- V. Requerer a inclusão da criança em programa de proteção a vítimas.

De acordo com a Lei nº 13.431/2017, está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III, IV e V. corretas
- b) I e IV, apenas.
- c) III e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II e V, apenas.

2) Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de _____ sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de _____, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Considerando o texto acima, assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) prevenção / proteção
- b) proteção / prevenção
- c) oitiva / proteção
- d) entrevista / proteção
- e) oitiva / prevenção

3) Depois de uma separação judicial conflituosa de um casal, a filha, uma menina de sete anos de idade, está sendo impedida de manter convívio com seu pai, por imposição da mãe, que o acusa de abusar sexualmente da filha.

O pai ingressa com ação judicial buscando alterar essa situação, no sentido de ser definida a forma de visitação a que ele teria direito.

Para uma tomada de decisão, na forma da Lei nº 13.431/2017, a pedido do Ministério Público, que o faz em ação própria, o juízo designa data para tomada do depoimento da criança (depoimento especial), no rito cautelar da antecipação de prova.

Diante desse cenário, qual das afirmativas abaixo está correta?

- a) Não cabe, no caso em exame, a tomada do depoimento especial com o rito cautelar da antecipação de prova, eis que ele só se aplica quando a criança tiver menos de sete anos de idade.
- b) Antes de ser designada data para tomada do depoimento especial, a criança deverá ser consultada, por técnico especializado na escuta de crianças, se concorda em prestar esse depoimento.



- c) É cabível a tomada de depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova quando a suspeita for de abuso sexual, seja qual for a idade da criança ou adolescente.
- d) A tomada do depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova só poderá ser realizada após a avaliação psicológica de vítima/testemunha.
- e) Só adolescentes podem prestar o depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova.

4) Levando em consideração os aprimoramentos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de 8 de março de 2016, que implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento íntegro é:

- a) Lei nº 13.431, Lei que instituiu a Escuta Especializada.
- b) Lei nº 12.594, Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sinase.
- c) Lei nº 13.010, Lei Menino Bernardo.
- d) Lei nº 13.257, Lei da Primeira Infância.
- e) Lei nº 8.080, Lei Orgânica da Saúde.

5) A Lei nº 13.431/17 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo novos parâmetros para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, implementando formas específicas para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Os dois modelos de escuta estabelecidos são: 1) a escuta especializada (artigo 7º da referida lei) e 2) o depoimento especial (artigo 8º). É correto afirmar, em relação ao depoimento especial, que constitui procedimento

- a) Realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social e da segurança pública.
- b) Que deve incluir a avaliação de risco e eventuais intervenções intersetoriais, tendo em vista a perspectiva de complementariedade entre as políticas.
- c) Com a finalidade de permitir que qualquer criança ou adolescente possa ser ouvido(a) de forma qualificada perante órgão da rede de proteção.
- d) De oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
- e) De entrevista perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

6) Danielle, criança de 5 anos, é vítima de violência sexual praticada por seu padrasto. Após ter ciência dos fatos, Adriana, mãe da criança, efetua registro de ocorrência em sede policial e procura atendimento no Conselho Tutelar, que encaminha Danielle para o serviço de referência existente no município. O profissional da equipe multidisciplinar ouve a criança e faz encaminhamentos aos órgãos das redes de saúde e de assistência social.

Considerando as diretrizes do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e o Decreto nº 9.603/2018, é correto afirmar que o procedimento realizado pelo profissional foi o(a):



- a) Escuta especializada, que tem a finalidade precípua de apurar fatos para a proteção da vítima e produzir provas para a responsabilização criminal do autor;
- b) Depoimento especial, que deve ser realizado pela rede de proteção, sempre que possível, uma única vez, nos casos de violência sexual;
- c) Escuta especializada, que deve se limitar ao cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados;
- d) Depoimento especial, que, ao ser realizado em órgão da rede de proteção, observará o princípio do contraditório e da ampla defesa.

7) Com base na Lei Nº 13.431 de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale as alternativas a seguir:

I – O abuso sexual se refere a toda ação que se utiliza da criança ou adolescente para fins sexuais, seja por modo presencial ou por meio eletrônico

II – A exploração sexual comercial se refere ao uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de remuneração, seja por modo de presencial ou por meio eletrônico.

III – O tráfico de pessoas se refere ao recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o acolhimento de crianças ou adolescente apenas com o fim de exploração sexual.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) I e II estão corretas, apenas.
- b) I e III estão corretas, apenas.
- c) I está correta, apenas.
- d) II está correta, apenas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

8) Sobre os organismos do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, relacione as colunas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- I. Defensoria Pública
- II. Organizações não governamentais (ONG's)
- III. Conselhos Tutelares
- IV. Varas da Infância e da Juventude
- V. Centros de Defesa
- VI. Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente

() são órgãos do poder executivo, de caráter deliberativo e de composição paritária (50% dos membros indicados pelo poder público e 50% eleitos pela sociedade civil), previstos no artigo 88º inciso II do ECA.

() são órgãos do Judiciário responsáveis por aplicar as medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. São dirigidas por juízes e, quase sempre, possuem equipe psicossocial que tem por função subsidiar as decisões judiciais.



() é da sociedade civil e são parte integrante da Rede de Proteção, nas funções de Promoção (nos Conselhos de Direitos), Atendimento (em programas nas áreas de saúde, educação, assistência, cultura, profissionalização e proteção especial), Controle (Fóruns DCA), Defesa e Responsabilização (Centros de Defesa).

() são organizações não governamentais que atuam no campo da defesa jurídica de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados. Atuam, também, na divulgação dos direitos infanto-juvenis, na sensibilização da população local sobre esses direitos e no controle da execução das políticas públicas.

() são órgãos públicos municipais, previstos no ECA, cuja missão institucional é zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes. Como sua criação gera despesas, cabe ao prefeito a iniciativa de criá-los.

() é um órgão do Judiciário que visa garantir o direito de assistência jurídica aos que não dispõem de meios para contratar advogado. Embora não atue exclusivamente nas situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, faz parte da Rede de Proteção dessa população.

Alternativas

- a) V – I – II – IV – VI – III.
- b) I – II – III – VI – IV – V.
- c) VI – IV – II – V – III – I.
- d) III – VI – II – V – I – IV.
- e) II – I – IV – VI – III – V.

9) Cristina, 8 anos, conta à professora que vem sendo abusada sexualmente pelo padrasto. A professora comunica imediatamente os fatos à autoridade policial e à mãe. De acordo com previsão expressa da Lei nº 13.431/17,

- a) no processo criminal ajuizado contra o padrasto, tanto ele como Cristina deverão ser avaliados por equipe interprofissional da confiança do juiz.
- b) À professora caberia comunicar o fato primeiro ao Conselho Tutelar e não à autoridade policial.
- c) Quando da colheita de seu depoimento especial, será assegurada a Cristina a livre narrativa sobre a situação de violência e o direito a permanecer em silêncio.
- d) A autoridade policial, confirmada a denúncia pela criança, deverá determinar o imediato afastamento do padrasto da residência comum.
- e) Após ouvir a criança e adotar as providências preliminares, a autoridade policial dará ciência ao Ministério Público que, em produção antecipada de provas, postulará a escuta especializada de Cristina.

10) Sobre os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social analise as alternativa abaixo.

- I. É dever de todo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento desenvolver, obrigatoriamente, a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território. O CRAS deve ofertar também o PAIF, independentemente da fonte de financiamento.



- II. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.
- III. Cabe ao Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), quando necessário e/ou solicitado, o encaminhamento ao sistema de defesa e responsabilização de relatórios que versem sobre o atendimento e acompanhamento às famílias e aos indivíduos, resguardando-se o que dispõe o código de ética e as orientações dos respectivos conselhos de categoria profissional.
- IV. O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública de apoio às pessoas que sofreram maus tratos ou algum tipo de violência. No CRAS, a vítima de violência pode receber atendimento médico especializado de logo prazo, além de tratar enfermidades resultantes de acidentes domésticos.

Estão corretas as alternativas:

- a) I – III – IV
- b) I – II – III – VI
- c) II – III – I.
- d) III – VI – II
- e) II – I – IV

11) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma nova forma de organizar e gerir a Assistência Social brasileira; é planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil. Considerando que o SUAS está organizado por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Serviços de Proteção Social Básica.

2. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

3. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

() Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

() Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

() Serviço Especializado em Abordagem Social.

() Serviço de Acolhimento em República.

() Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

() Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.



A sequência está correta em

- a) 2, 1, 2, 3, 1, 3.
- b) 1, 1, 2, 3, 2, 3.
- c) 2, 1, 3, 3, 1, 2.
- d) 3, 2, 1, 2, 1, 3.
- e) 2, 2, 2, 3, 1, 1.

12) Todo cidadão tem direito à proteção socioassistencial realizada com dignidade e sem discriminação. São princípios da organização do SUAS,

Alternativas

- a) a universalidade, a gratuidade, a integralidade da proteção social, a intersetorialidade e a equidade.
- b) a acolhida, as condições de recepção, a escuta profissional qualificada e a informação.
- c) a acolhida, a informação, a referência e a concessão de benefícios.
- d) o apoio e auxílio, a matricialidade sociofamiliar, o controle social e a participação popular.
- e) a defesa incondicional da liberdade, a garantia da laicidade, o protagonismo e a autonomia dos usuários.

13) De acordo com as Diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, os serviços da Proteção Social Especial preveem dois níveis de complexidade, são eles:

Alternativas

- a) Serviços de Média Complexidade e serviços de Baixa Complexidade.
- b) Serviços de Alta Complexidade e serviços da Proteção Básica.
- c) Serviço Complementar e serviço de Média Complexidade.
- d) Serviços de Média Complexidade e serviços de Alta Complexidade.
- e) Serviço de Primeira Complexidade e serviços de Segunda Complexidade.

14) A proteção social visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

Alternativas

- a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) O amparo a todas as crianças e adolescentes carentes.
- c) A promoção da exclusão ao mercado de trabalho.
- d) A habilitação e reabilitação dos idosos e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- e) A garantia de 02 (dois) salários-mínimos de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.



15) Estudo de caso:

SITUAÇÃO PROBLEMA:

Cenário: Em uma cidade X, o Conselho Tutelar recebe denúncias sobre um adolescente de 14 anos que está fazendo uso abusivo de drogas e em situação de rua, praticando pequenos furtos e servindo como “avioãozinho” pra o tráfico de drogas local. Ao investigar a situação, é constatado pelos conselheiros que o pai do adolescente o abandonou desde o seu nascimento e não o registrou, embora tenha mantido um relacionamento conflituoso com a mãe do jovem e admita ser o seu pai. Por sua vez, a mãe do adolescente, que também é usuária de drogas e já foi presa pelos crimes de roubo e tráfico, está negligenciando suas responsabilidades, pois há mais de 3 anos não matricula o filho na rede pública de ensino. Além disso, a genitora é constantemente vista se prostituindo dentro da casa onde reside com o seu filho em troca de dinheiro para comprar drogas e o agride fisicamente quando não traz dinheiro para casa. Não há higiene no local, tampouco comida para a pequena família todos os dias. O adolescente e seus irmãos de 8 e 3 anos estão desnutridos, e as crianças também estão fora da escola e não possuem registro de nascimento. Não se sabe quem é o pai dos dois filhos mais novos. Os poucos parentes que residem no mesmo município (avó materna, tios maternos e uma prima do pai do adolescente) não colaboram com absolutamente nada para a criação do adolescente e seus irmãos, e já manifestaram total desinteresse em acolhê-los. O adolescente em questão e seus irmãos sobrevivem com a ajuda de vizinhos, que enviam restos de comida alguns dias da semana. Diante dessa complexa situação, responda aos seguintes questionamentos:

1. Com base no ECA, aponte pelo menos duas ações a serem tomadas especificamente com relação ao adolescente usuário de drogas;
2. Quais as violações de direitos promovidas pelo pai e pela mãe em relação ao adolescente? Aponte ao menos duas medidas aplicáveis aos pais neste caso.
3. Discorra sobre as possíveis medidas que podem ser adotadas para a proteção integral do adolescente e dos seus irmãos em relação à sua saúde, alimentação e educação, conforme o artigo 136 do ECA. Neste tópico, aponte ao menos 3 medidas cabíveis previstas no ECA;
4. Indique se alguma autoridade deverá ser provocada e de que forma;

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 1) Digite a resposta do estudo de caso da questão 15 da área de Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGD e Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- 2) Crie uma pasta na área de trabalho denominada: “RESPOSTA ESTUDO DE CASO”.
- 3) Salve o arquivo digitado na pasta criada na área de trabalho.
- 4) Envie o arquivo salvo para o email: provactlimoeiro@gmail.com
- 5) Imprima o texto salvo.

